

# Política

## Eleições Advogados dizem que não haveria vedação pela Lei das Estatais pois mandato se encerra

# Senador pelo RN, Jean Paul Prates é cotado para presidir a Petrobras

Francisco Góes e Rafael Rosas  
Do Rio

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) é cotado para assumir a presidência da Petrobras no governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 1º de janeiro de 2023. Prates integrou a antiga Petrobras Internacional (Braspetro), nos anos 1980, e participou da elaboração da Lei Petróleo, em 1997. No Senado, Prates foi autor de um substitutivo de projeto de lei, aprovado este ano, que cria regras para a estabilização dos preços dos combustíveis. Na campanha do PT, o senador participou de grupo de especialistas que assessorou o ex-presidente Lula em temas do setor, em especial sobre a Petrobras.

Participaram desse grupo junto com Prates, segundo fontes, o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli e Magda Chambriard ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), além de especialistas de universidades e do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Incep), ligado à Federação Nacional dos Petroleiros (FUP). O grupo discutiu propostas nas áreas de petróleo, energia e bioderivados e o papel da Petrobras, entre outros temas. Procurados, Gabrielli e Chambriard não retornam até o fechamento desta edição.

Se um eventual convite para a presidência da Petrobras se confirmar, não haveria a priori impedimentos legais para que Prates assumira o cargo uma vez que ele encerra o mandato como senador em 2023. O advogado Carlos Martins Neto, do Moreira, Menezes, Martins Advogados, entende que a Lei das Estatais não vedaria possível indicação de Prates para a presidência da empresa, uma vez que o mandato dele como senador termina em janeiro. Mas o advogado ressalta que há outros aspectos da lei que precisam ser analisados.

Um deles é o inciso II do parágrafo segundo do artigo 17. Nesse caso, Prates não poderia ser indicado se atuou, nos últimos 36 meses, "como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral". Prates não teve papel de coordenação na campanha de Lula. Outra fonte disse, porém, que Prates poderia ser vetado



Jean Paul Prates participou de grupo de especialistas com propostas para a campanha de Lula; senador tem longa experiência na indústria de petróleo e gás

uma vez que foi candidato a prefeito de Natal em 2020. Martins Neto afirmou que existem requisitos objetivos que estão não só na Lei das Estatais, mas também nas regras de governança da Petrobras para indicações ao conselho e à diretoria.

O grupo de especialistas do qual Prates fez parte teve mais de 30 reuniões com mais de 80 gestores e analistas de mercado, tentando acalmar ânimos e rebater boatos. Ontem, no "day after" da eleição, as ações preferenciais da Petrobras caíram 8,7% e as ordinárias, 7,3%. A queda teria relação com a visão do mercado de que, no governo do PT, a ideia de privatizar a companhia será abandonada. Essa é a leitura feita ontem por fontes próximas da Petrobras. "Tem duas coisas que o mercado vai se ressentir: a política de dividendos, que vai refluir; e a privatização, que não vai acontecer", disse fonte. Outro interlocutor acrescentou que o ex-presidente Lula tem sido enfático em criticar a política de paridade de preços com o exterior e falado em "abrasileirar" os preços dos derivados de petróleo, descolando-os dos preços de mercado. Foi essa

política que, no passado, contribuiu para que a Petrobras tivesse grandes perdas financeiras.

"Se Lula nomear um nome ortodoxo para a Economia, a ação volta [recupera valor]", disse a fonte. Uma das visões da campanha de Lula é de que é preciso acabar com a ideia de que o controlador, a União, não pode dar a diretriz estratégica, o norte, para a Petrobras. "Hoje a Petrobras é a ordenhadeira do pré-sal, é preciso ter uma visão mais ampla e de longo prazo", diz uma fonte da campanha.

O objetivo do PT é ampliar a atuação da Petrobras para além de petroleira, aprofundando a atuação da estatal como empresa integrada de energia, ideia tentada no passado mas que terminou abandonada diante da debacle da Petrobras com os processos por corrupção investigados pela Lava-Jato nos governos do PT. Existe ainda o reconhecimento de que a Petrobras tem que ir além do pré-sal, que é um recurso não renovável, e investir em novas fronteiras exploratórias como a Margem Equatorial, e manter presença na Amazônia e no Nordeste. Os investimentos serão

feitos a partir do fluxo de caixa do pré-sal, abrindo novas frentes de negócios, uma delas a geração eólica offshore. Prates é autor de um projeto de lei sobre essa atividade.

Na campanha, os integrantes do grupo de energia da campanha de Lula falaram com investidores sobre planos e potenciais ideias, sobre a Petrobras e políticas de governo para refino, combustíveis, investimento em novas fontes renováveis, transição energética e mobilidade, entre outros temas. Uma vez assumindo a gestão da empresa, a ideia é analisar investimentos com "critério" selecionando projetos lucrativos, que garantam retorno. A expectativa, dizem fontes, é que haja transição "tranquila" na estatal. A projeção vai depender do diálogo entre o atual governo e o eleito.

Não está claro como se dará a transição na alta administração da companhia uma vez que os diretores e o conselho de administração têm mandato fixo. Mudanças na gestão dependem de aprovação pelas instâncias de governança, sendo a última palavra dos investidores reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

(AGOE). Uma possibilidade, para facilitar a transição, seria uma eventual renúncia do atual presidente da empresa, Caio Paes de Andrade, logo que o novo governo tome posse, em 1º de janeiro de 2023. Seguiria-se caminho semelhante ao que permitiu a própria posse de Andrade depois da renúncia de José Mauro Coelho. Em quatro anos, a Petrobras teve seis presidentes, incluindo dois interinos.

Na Petrobras, o presidente-executivo da empresa precisa ser eleito como integrante do conselho de administração antes de ser empossado como CEO. Mesmo na eventualidade de Paes de Andrade renunciar, é possível que o colegiado da empresa só passe por uma renovação em AGOE. Essa assembleia está prevista para abril, mas poderia ser antecipada via assembleia extraordinária para permitir eleger novos conselheiros. "A lei precisa ser cumprida", disse uma fonte, referindo-se ao estatuto da Petrobras, à Lei das Sociedades Anônimas e à Lei das Estatais. A atual diretoria da empresa também deve ser trocada.